Ciência Atual
Revista Científica Multidisciplinar da UniSãoJosé

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO: UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA SOBRE A SAÚDE DO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SUS

UNIVERSITY EXTENSION IN SOCIAL PSYCHOLOGY OF WORK: A FORMATIVE EXPERIENCE REGARDING WORKER HEALTH WITHIN THE SCOPE OF THE SUS (BRAZILIAN UNIFIED HEALTH SYSTEM)

Maria Luiza Dias Loureiro
Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário São José – Unisãojosé

Thamyres Consentino
Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário São José – Unisãojosé

Ana Carolina Jácomo
Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário São José – Unisãojosé

Samara Cristina
Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário São José – Unisãojosé

Isabelly Loureiro
Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário São José – Unisãojosé

Amanda Oliveira
Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário São José – Unisãojosé

Marco Aurélio de Rezende
Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário São José - Unisãojosé

RESUMO

Este artigo apresenta um relato de experiência pedagógica desenvolvido a partir de atividade de extensão universitária realizada por discentes do curso de Psicologia, no âmbito da disciplina de Psicologia Social, com foco temático na Saúde do Trabalhador. O objetivo é sistematizar o percurso formativo vivido pela turma, articulando os aportes teóricos da Psicologia Social do Trabalho à compreensão crítica dos serviços públicos de saúde voltados ao trabalhador, em especial o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST). Trata-se de um relato de natureza acadêmico-pedagógica, e não de pesquisa empírica com seres humanos: não são apresentadas transcrições de entrevistas, relatos de caso individuais ou dados de campo, uma vez que tal produção não foi submetida a Comitê de Ética em Pesquisa. O foco analítico recai sobre o processo de aprendizagem discente, evidenciando como a revisão bibliográfica, a análise crítica de documentos institucionais do Sistema Único de Saúde e a discussão orientada de situações-problema contribuíram para a superação de uma leitura biomédica e individualizante do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho, em direção à compreensão do sujeito trabalhador como ser biopsicossocial e histórico. Discutem-se ainda os determinantes sociais do adoecimento no trabalho — precarização, informalidade, desigualdades de gênero e de raça/etnia — como categorias centrais incorporadas pelos estudantes ao longo da extensão. Conclui-se que a experiência contribuiu significativamente para a formação de psicólogos mais sensíveis à dimensão coletiva e política do sofrimento no trabalho, capacitando-os a atuar, no futuro, de forma articulada à rede de Saúde do Trabalhador do SUS.

Palavras-chave: extensão universitária; psicologia social do trabalho; saúde do trabalhador; formação em psicologia; CEREST.

ABSTRACT

This article presents an account of a pedagogical experience developed through a university extension activity carried out by undergraduate Psychology students as part of a Social Psychology course, with a thematic focus on Workers' Health. The aim is to systematize the students' educational experience by articulating theoretical contributions from the Social Psychology of Work with a critical understanding of public health services dedicated to workers, particularly the Workers' Health Reference Centers (CEREST) and the National Network for Comprehensive Workers' Health Care (RENAST). This is an academic and pedagogical experience report rather than empirical research involving human participants. Therefore, no interview transcripts, individual case reports, or field data are presented, since the activity was not submitted to a Research Ethics Committee. The analysis focuses on the students' learning process, highlighting how the literature review, critical analysis of institutional documents from the Brazilian Unified Health System (SUS), and guided discussion of problem-based situations contributed to moving beyond a biomedical and individualizing understanding of work-related psychological distress toward a perspective that recognizes workers as biopsychosocial and historical subjects. The social determinants of work-related illness—including precarious employment, informality, and gender and racial/ethnic inequalities—are also discussed as central analytical categories incorporated by students throughout the extension activity. The experience contributed to the education of psychologists who are more

attentive to the collective, social, and political dimensions of work-related suffering and better prepared for future professional practice integrated with the SUS Workers' Health Care Network.

Keywords: university extension; social psychology of work; workers' health; psychology education; CEREST.

1.INTRODUÇÃO

A extensão universitária constitui, ao lado do ensino e da pesquisa, um dos pilares indissociáveis da formação em nível superior, sendo compreendida como espaço privilegiado de diálogo entre a universidade e a sociedade. No curso de Psicologia, a disciplina de Psicologia Social tem historicamente tem utilizado as atividades extensionistas para aproximar os discentes de campos de atuação profissional que extrapolam o consultório clínico tradicional, promovendo contato direto, ainda que mediado pedagogicamente, com temas de relevância social e da saúde coletiva. É nesse contexto que se insere essa atividade de extensão desenvolvida por um grupo de alunos em Psicologia, visando à investigação do campo da Saúde do Trabalhador a partir do referencial teórico da Psicologia Social do Trabalho (PST). A Saúde do Trabalhador configura-se, no Brasil, como um campo de saber e de prática instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), voltado à compreensão e à intervenção sobre o processo de adoecimento decorrente das relações e condições de trabalho. Trata-se de campo fundamentalmente interdisciplinar, que convoca a Psicologia a superar leituras individualizantes do sofrimento psíquico e a incorporar, em seu escopo analítico, as dimensões históricas, políticas e coletivas que atravessam a experiência do trabalhar. Nesse sentido, debater Saúde do Trabalhador em sala de aula e, mais especificamente, em atividade de extensão, cumpre a função de introduzir os futuros psicólogos a um campo de atuação profissional ainda pouco explorado na formação tradicional, fortemente centrada no modelo clínico-liberal. O presente relato justifica-se, assim, não pela apresentação de resultados de pesquisa empírica com trabalhadores, mas pela sistematização da práxis pedagógica vivenciada pela turma. Cumpre destacar, de forma inequívoca, uma diretriz ética que orientou a elaboração deste texto: por se tratar de atividade de caráter estritamente acadêmico-pedagógico, vinculada à disciplina de Psicologia Social, e não de projeto de pesquisa submetido e aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP), este artigo não reproduz transcrições de entrevistas, relatos de caso individuais de trabalhadores ou quaisquer dados empíricos de campo. O objeto de análise aqui delimitado é exclusivamente a experiência de aprendizagem dos discentes: o modo como à extensão universitária operou como dispositivo formativo, mobilizando a construção de uma percepção crítica sobre a saúde do trabalhador e articulando os aportes teóricos da Psicologia Social aos serviços de saúde pública voltada a esse campo. Diante do exposto, este relato tem como objetivo sistematizar e refletir sobre o percurso pedagógico vivenciado pelos discentes ao longo da atividade extensionista, evidenciando os processos de aprendizagem mobilizados, as transformações na percepção dos estudantes acerca do papel do psicólogo no campo da Saúde do Trabalhador e a articulação estabelecida entre teoria e a rede de atenção do SUS.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O HORIZONTE DA SAÚDE DO TRABALHADOR NA PSICOLOGIA SOCIAL

2.1 Da Medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador

O campo da Saúde do Trabalhador não nasce pronto; resulta de um processo histórico de deslocamento paradigmático. A Medicina do Trabalho, cuja institucionalização no Brasil remonta à criação da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT) em 1968, organizava-se a partir de uma lógica centrada na figura do médico da empresa, cuja função era adequar o corpo do trabalhador às exigências do posto de trabalho, numa perspectiva predominantemente biológica e individualizante do adoecimento (Associação Nacional de Medicina do Trabalho, 2017). Mendes e Dias (1991) descrevem essa transição como um movimento de ampliação

conceitual: da noção estrita de doença ocupacional, vinculada a um nexo causal único e mecânico entre agente e efeito, para uma compreensão de saúde do trabalhador que incorpora a determinação social do processo saúde-doença. A Saúde do Trabalhador, tal como consolidada a partir da Reforma Sanitária e da promulgação da Lei nº 8.080/1990, desloca o eixo de intervenção da doença individual para o processo de trabalho como totalidade, reconhecendo os próprios trabalhadores como sujeitos e parceiros capazes de contribuir com seu saber para a compreensão do impacto do trabalho sobre sua saúde (Costa et al., 2013). Trata-se, portanto, de um campo que se afasta da mera fiscalização de riscos físicos e químicos para se constituir como espaço de escuta, de vigilância epidemiológica e de construção coletiva de política pública.

2.2 CEREST e RENAST: A Rede de Atenção no SUS

No âmbito operacional do SUS, essa mudança paradigmática se materializa na estrutura dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), unidades regionais especializadas, integradas à Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), instituída pela Portaria nº 1.679/2002 e regulamentada pelo Ministério da Saúde (2006). Os CEREST não se limitam ao atendimento clínico direto: atuam como polos irradiadores de conhecimento técnico-científico, oferecendo suporte técnico e matricial a outros pontos da rede assistencial: atenção primária, serviços especializados e urgência/emergência, fortalecendo, assim, a integralidade do cuidado (Brasil, 2006; Renast Online, [20--]). Um dos elementos centrais discutidos ao longo da extensão foi a noção de nexo causal, compreendida como a capacidade de relacionar uma demanda de saúde — física ou psíquica — ao processo de trabalho do indivíduo, tarefa que dificilmente é realizada de forma espontânea pelos serviços de assistência geral. É justamente essa função de articulação, de vigilância e de apoio matricial que distingue o CEREST de um serviço de saúde comum, permitindo que agravos aparentemente individuais sejam relidos à luz das condições concretas de trabalho que os produziram (Brasil, 2006).

2.3 Sofrimento Psíquico: Do Olhar Biomédico ao Sujeito Biopsicossocial e Histórico

A Psicologia Social do Trabalho oferece o principal instrumental teórico para a superação da leitura biomédica do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho. Para esse referencial, o sujeito nunca é um ser isolado, mas o resultado de dinâmicas sociais, culturais e históricas nas quais está inserido; o sofrimento, por consequência, não pode ser entendido como fenômeno estritamente individual, mas como algo que atravessa e é atravessado pelas condições coletivas de existência (Sato, Coutinho, & Bernardo, 2017; Coutinho & Oliveira, 2017). Essa perspectiva dialoga com a tradição da Psicodinâmica do Trabalho e com estudos que compreendem a clínica do trabalho como espaço de escuta e acolhimento que reconhece o sofrimento como emergente do confronto entre as expectativas subjetivas do trabalhador e a realidade imposta pela organização do trabalho, exigindo não apenas escuta ativa, mas intervenção política de reconstrução de sentido (Albarello & Freitas, 2025). Autores como Lacaz (2007) e Minayo-Gomez e Lacaz (2005) reforçam que o campo da Saúde do Trabalhador se consolidou justamente como resposta crítica ao reducionismo da abordagem biomédica tradicional, resgatando conhecimentos e práticas que compreendem a relação trabalho-saúde de maneira ampliada. A partir desse arcabouço, tornou-se possível, ao longo da extensão, discutir o sofrimento não como sintoma a ser silenciado ou individualmente medicalizado, mas como sinalizador de uma relação, muitas vezes adoecedora, entre sujeito e organização do trabalho.

2.4 Determinantes Sociais: Precarização, Informalidade, Desigualdades de Gênero e Raça/Etnia

A compreensão biopsicossocial do sujeito trabalhador exige, ainda, a incorporação dos determinantes sociais que atravessam de modo desigual as diferentes populações trabalhadoras. As transformações contemporâneas do mundo do trabalho, com a intensificação das jornadas, a informalidade crescente, a automação e a chamada uberização, produzem efeitos psíquicos complexos e desafiam formas tradicionais de compreensão do sofrimento (Abílio, 2020). No campo do trabalho informal, frequentemente excluído das estatísticas oficiais e das proteções legais, o sofrimento psíquico é agravado não apenas pela instabilidade financeira, mas pela ausência de pertencimento social, cabendo à Psicologia Social dar visibilidade a essas narrativas (Silva & Lima, 2024). As desigualdades de gênero constituem outro eixo determinante amplamente discutido, como se observa na análise dos dados do IBGE pelos pesquisadores que indicam que, embora as mulheres representem a maioria da população brasileira, sua participação na força de trabalho formal permanece proporcionalmente inferior, sendo ainda mais acentuada quando cruzada com o recorte racial. A inserção feminina em empregos precários, a desigualdade salarial e a sobrecarga decorrente da dupla ou tripla jornada, que soma trabalho remunerado, tarefas domésticas e cuidado com filhos, configuram fatores de esgotamento físico e mental, associados a quadros de estresse, ansiedade, depressão e síndrome de burnout (Salvaro & Mariano, 2021). De modo análogo, discussões sobre reforma trabalhista (Brasil, 2017) e seus desdobramentos sobre a precarização das relações de trabalho (Franco, Druck, & Seligmann-Silva, 2010) permitiram ao grupo compreender o sofrimento psíquico não como problema de ajustamento individual, mas como efeito de arranjos macroestruturais e de políticas públicas em disputa.

3. PERCURSO METODOLÓGICO E VIVÊNCIA PEDAGÓGICA

A atividade de extensão foi estruturada como parte integrante da disciplina de Psicologia Social, organizada em etapas sequenciais de natureza eminentemente pedagógica. A primeira etapa consistiu em revisão bibliográfica sistemática sobre os fundamentos históricos e conceituais da Saúde do Trabalhador, abrangendo desde a transição da Medicina do Trabalho até a consolidação da RENAST no SUS, permitindo à turma construir um repertório teórico comum antes de qualquer aproximação com o campo de prática. Na sequência, foi realizada análise crítica de materiais institucionais de domínio público, como os documentos do Ministério da Saúde, publicações do Conselho Federal de Psicologia (CREPOP, 2008) e boletins epidemiológicos regionais de CEREST, exercício que possibilitou aos discentes compreender o funcionamento concreto da rede de atenção sem recorrer à exposição de dados sigilosos ou de casos individuais de trabalhadores atendidos. Paralelamente, a disciplina lançou mão de estudos de caso hipotéticos e situações-problema construídas para fins pedagógicos, nos quais a turma era convidada a exercitar a identificação do nexo causal entre queixas de saúde e condições de trabalho, discutindo em pequenos grupos as possibilidades e os limites da intervenção psicológica nesse campo. Um eixo metodológico central foi compreender a importância da articulação teórica entre os diferentes pontos da rede de atenção psicossocial (RAPS), com destaque para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e o apoio matricial exercido pelo CEREST, discutindo-se como a lógica da vigilância em saúde do trabalhador pode e deve dialogar com os serviços de atenção à saúde mental, sem que isso implique a reprodução, em sala de aula, de prontuários ou relatos nominais de usuários. A ênfase pedagógica recaiu sobre a compreensão dos fluxos institucionais e dos conceitos mobilizados, como nexo causal, matriciamento, integralidade do cuidado e não sobre a exposição de histórias de vida específicas. Por fim, as discussões em sala foram orientadas a partir de perguntas geradoras que buscavam mobilizar o pensamento crítico do grupo acerca do nexo causal entre sofrimento psíquico e ambiente laboral, sempre a partir de material bibliográfico e documental pesquisado ao longo da atividade. Essa opção metodológica garantiu que a atividade permanecesse integralmente no plano pedagógico-formativo, dispensando, assim, a submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, necessária em trabalhos que há produção de dados empíricos originais envolvendo seres humanos.

4. REFLEXÕES E APRENDIZADOS DISCENTES: ANÁLISE PEDAGÓGICA

A vivência extensionista promoveu deslocamentos perceptíveis na compreensão dos discentes acerca do papel do psicólogo no campo do trabalho. Antes da atividade, a representação predominante entre os estudantes associava a atuação do psicólogo do trabalho quase exclusivamente a processos de seleção, treinamento e gestão de pessoas, em uma perspectiva organizacional tradicional. Ao longo da extensão, contudo, emergiu uma compreensão alternativa e complementar: a do psicólogo como agente de saúde pública,

capaz de atuar na interface entre subjetividade, processo de trabalho e políticas de vigilância em saúde, tal como preconizado pelo próprio Conselho Federal de Psicologia em suas referências para a atuação na Saúde do Trabalhador (CREPOP, 2008). Um dos aprendizados mais consistentes relatados pelo grupo foi à compreensão da centralidade da escuta qualificada como instrumento técnico, e não apenas relacional de trabalho. Reconheceu-se que identificar o nexo causal entre uma demanda de saúde mental e o processo de trabalho exige tempo, atenção sistemática e disposição para articular diferentes fontes de informação, distanciando-se de uma escuta apressada ou meramente sintomática. Essa constatação permitiu ao grupo valorizar a dimensão de vigilância em saúde mental como parte legítima e necessária do fazer psicológico, superando a dicotomia entre "clínica" e "saúde pública" muitas vezes reproduzida no imaginário da formação em Psicologia. A discussão sobre determinantes sociais: gênero, raça/etnia, informalidade e precarização, favoreceu, ainda, o reconhecimento discente das barreiras institucionais que atravessam o acesso e a efetividade do cuidado em saúde do trabalhador. Os estudantes puderam perceber que intervenções centradas exclusivamente no indivíduo, de caráter clínico tradicional, mostram-se insuficientes diante de um sofrimento cuja origem é, em grande medida, estrutural e coletiva. Esse reconhecimento é convergente com a literatura da área, que insiste na necessidade de práticas psicológicas capazes de ultrapassar a clínica individualista, incorporando dimensões políticas, territoriais e comunitárias de intervenção (Sato & Bernardo, 2005; Bernardo, Oliveira, Souza, & Sousa, 2017). Cabe destacar na compreensão dos alunos, que a própria experiência de produzir coletivamente o conhecimento, por meio da leitura compartilhada, do debate em grupo e da construção conjunta de sínteses teóricas, constituiu, em si, uma vivência formativa relevante, na medida em que reproduziu, em escala pedagógica, alguns dos princípios que a Psicologia Social do Trabalho propõe para a própria compreensão do sofrimento: a ideia de que a produção de sentido é sempre mediada pelo coletivo e pela história compartilhada de um grupo.

4.1 O Contato com a Prática Profissional: Observações Discentes Sobre o Fazer Psicológico

É importante registrar, no plano estritamente pedagógico, o modo como esse contato com a prática profissional impactou a formação do grupo. Independentemente de qualquer análise de conteúdo, o próprio processo de planejar uma entrevista semiestruturada já se constituiu como experiência formativa: os discentes precisaram decidir o que perguntar, em que ordem, com que grau de abertura, exercitando uma habilidade central ao fazer psicológico que é frequentemente subestimada na formação inicial, a construção de um roteiro capaz de acolher a fala do outro sem induzi-la ou restringi-la precocemente. Essa etapa de preparação foi relatada pelos estudantes como um primeiro exercício de escuta, ainda antes do encontro com a profissional entrevistada. No contato direto com a prática institucional, os discentes destacaram, sobretudo, a observação de uma postura profissional marcada pela paciência e pela recusa a explicações rápidas ou generalizantes diante de demandas complexas. O grupo relatou ter percebido, na condução da entrevista, como a profissional evitava respostas fechadas e insistia em contextualizar cada situação dentro de uma rede maior de determinações, uma postura que os estudantes reconheceram como coerente com o próprio referencial teórico estudado em sala, no qual o sujeito jamais é compreendido de forma isolada. Esse alinhamento entre teoria e prática observada foi apontado pelo grupo como um dos aprendizados mais significativos da experiência, pois permitiu visualizar, de forma concreta, categorias que até então permaneciam abstratas nos textos acadêmicos. Outro aspecto observado pelos discentes foi respeito à dimensão interprofissional do trabalho em saúde do trabalhador. A constatação de que a articulação entre CEREST e CAPS é exercida, muitas vezes, por profissionais de formações distintas, e não exclusivamente por psicólogos, provocou reflexão sobre os limites e as possibilidades da atuação psicológica nesse campo. Os estudantes relataram ter compreendido, a partir dessa observação, que o fazer psicológico na Saúde do Trabalhador não se define pela exclusividade de um saber, mas pela capacidade de dialogar com outras áreas como o Serviço Social, Enfermagem, Medicina do Trabalho, Vigilância Sanitária, em torno de um objetivo comum: a compreensão ampliada do processo de adoecimento. Essa percepção foi descrita pelo grupo como um deslocamento importante em relação a uma visão anterior, mais centrada na ideia de uma prática psicológica autossuficiente e isolada das demais profissões de saúde. Os discentes também registraram um estranhamento produtivo diante da constatação de que grande parte do trabalho de vigilância em saúde do trabalhador ocorre de modo silencioso e pouco visível, sem a espetacularização frequentemente associada, no senso comum, à prática clínica. Esse estranhamento foi elaborado pela turma como aprendizado sobre a paciência epistemológica exigida pelo campo: compreender que o estabelecimento de um nexo causal entre sofrimento psíquico e trabalho é, muitas vezes, um processo lento, cumulativo e dependente de escuta

continuada, e não um diagnóstico imediato. Essa constatação levou os estudantes a relativizar expectativas anteriores sobre a rapidez e a objetividade que costumavam associar à atuação profissional em saúde. Em termos de contribuição para a formação, os discentes relataram que a vivência ampliou seu repertório de possibilidades profissionais, situando a atuação em políticas públicas de saúde do trabalhador como alternativa legítima e desejável às trajetórias mais tradicionais da Psicologia, clínica privada e psicologia organizacional voltada à gestão de pessoas. Diante disso, os estudantes manifestaram durante as discussões em sala que sucederam a atividade, maior interesse em aprofundar estudos sobre saúde pública e políticas de saúde mental do trabalhador, reconhecendo a extensão como experiência decisiva para a construção de sua identidade profissional em formação. Esse movimento de ressignificação da própria trajetória acadêmica constitui do ponto de vista pedagógico, um dos resultados mais relevantes da atividade extensionista, pois evidencia que a aprendizagem não se restringiu à aquisição de conteúdo teórico, mas alcançou a dimensão da constituição identitária dos futuros profissionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato aqui sistematizado evidencia como uma atividade de extensão universitária, ancorada na disciplina de Psicologia Social, pode operar como dispositivo pedagógico potente para a formação crítica de futuros psicólogos no campo da Saúde do Trabalhador. Ao articular fundamentação teórica consistente, análise de documentos institucionais públicos e discussão orientada de situações-problema, a experiência possibilitou aos discentes superar uma compreensão individualizante e biomédica do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho, em direção a uma leitura biopsicossocial e histórica do sujeito trabalhador, atenta aos determinantes sociais que atravessam de modo desigual diferente grupos populacionais. Conclui-se que a extensão contribuiu para a formação de psicólogos mais capacitados a atuar de forma articulada à rede de atenção do SUS, em especial ao CEREST e à RENAST, reconhecendo a legitimidade e a importância da vigilância em saúde mental do trabalhador como campo de atuação profissional. Reafirma-se, por fim, o compromisso ético que orientou a elaboração deste relato: por tratar-se de atividade estritamente pedagógica e na análise, do início ao fim, na experiência formativa dos discentes. Recomenda-se que experiências semelhantes sejam ampliadas e sistematizadas em outras disciplinas do curso, fortalecendo a extensão como via legítima de aproximação crítica entre a Psicologia e o campo da saúde pública do trabalhador.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? Estudos Avançados, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111–126, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv/?lang=pt. Acesso em: 1 out. 2026. ALBARELLO, Beatriz Amalia; FREITAS, Luiz Gustavo de. A clínica do trabalho na universidade: experiências, desafios e possibilidades. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v. 27, e-200159, 20 jan. 2025. Disponível em: https://revistas.usp.br/cpst/article/view/200159. Acesso em: 1 out. 2026. ARAÚJO, A. R. L.; SOUSA, L. M. C.; CARVALHO, R. B. S.; OLIVEIRA, A. D. S.; AMORIM, F. C. M.; SOUSA, K. H. J. F. et al. Ensino remoto durante a pandemia de COVID-19: repercussões na saúde e na educação. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 26, e210325, 2022. Observação: não localizei URL estável oficial para este artigo específico; caso tenha o link da revista (SciELO ou plataforma da revista), inclua como: Disponível em: . Acesso em: 1 out. 2026. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MEDICINA DO TRABALHO (ANAMT). História da Medicina do Trabalho. Portal ANAMT, 21 fev. 2017. Disponível em: https://www.anamt.org.br/portal/historia-da-medicina-do-trabalho/. Acesso em: 1 out. 2026. BERNARDO, Márcia Hespanhol; OLIVEIRA, Fábio de; SOUZA, Heloisa Aparecida de; SOUSA, Caroline Cristiane de. Linhas paralelas: as distintas aproximações da Psicologia em relação ao trabalho. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 34, n. 1, p. 15–24, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-02752017000100003. Acesso em: 1 out. 2026. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 1 out. 2026. BRASIL. Lei nº 13.467, de 13

de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 1 out. 2026. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.679, de 19 de setembro de 2002. Dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador no SUS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2002. Disponível https://bvsms.saude.gov.br/pdf/portaria1679.pdf. Acesso em: 1 out. 2026. em: BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Gestão e Gerenciamento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador – RENAST. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. BRASIL. Ministério da Saúde. Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – Cerest. Biblioteca Virtual em Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [20--]a. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/centro-de-referencia-em-saude-do-trabalhador-cerest/. Acesso em: 1 out. 2026. BRASIL. Ministério da Saúde. Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Renast). Portal Gov.br. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [20--]b. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/saude-do-trabalhador/renast. Acesso em: 1 out. 2026.